

Sumário

Prefácio	Ç
Introdução	17
CAPÍTULO 1 ■ Fundamentos teórico-políticos da diversidade	
humana, do heteropatriarcado e do racismo	23
1.1 Trabalho, indivíduo e diversidade humana	20
1.2 Patriarcado, divisão sexual e racial do trabalho e as relações sociais de sexo: para além de uma "questão de gênero"	43
1.2.1 As relações sociais de sexo/sexualidade e o conceito de gênero	4
1.2.2 Família heteropatriarcal-monogâmica e o controle sobre as mulheres e a população LGBT	5
1.2.3 Divisão sexual e racial do trabalho	6
1.2.4 Violência contra a mulher	6
1.3 A classe trabalhadora é una e diversa: há sexo/sexualidade e	
raça	7
1.3.1 Consubstancialidade-coextensividade e	
interseccionalidade das relações sociais de sexo	
(e sexualidade)/gênero, raça/etnia e classe	8
Atividades complementares e dicas culturais	89

CAPÍTULO 2 ■ Questão social e diversidade humana na formação socioeconômica do Brasil	97
2.1 Racismo e patriarcado na particularidade da questão social do Brasil	100
2.2 Expressões do racismo e do patriarcado na contemporaneidade	113
2.2.1 Diversidade sexual e violência LGBTfóbica	124
Atividades complementares e dicas culturais	134
CAPÍTULO 3 ■ Feminismo e diversidade sexual: um encontro com o Projeto Ético-Político do Serviço Social	145
3.1 Feminismo, divisão sexual do trabalho e Serviço Social	151
3.2 Serviço Social e diversidade sexual	161 167
Atividades complementares e dicas culturais	178
INDICAÇÕES CONCLUSIVAS: Serviço Social e o desafio da renovação profissional	187
Referências	195



Prefácio

Chega às mãos da leitora e do leitor o mais novo volume da Biblioteca Básica de Serviço Social, assinado por Mirla Cisne e Silvana Mara de Morais dos Santos, pensadoras e ativistas feministas e em defesa da liberdade sexual, referências no âmbito da profissão e dos movimentos sociais brasileiros. A publicação desta obra, integrada a uma importante coleção voltada para a formação profissional em Serviço Social, tem um profundo significado histórico: demonstra a relevância que as causas feministas e da diversidade e a elaboração teórica forjada em torno delas que foram alçadas na profissão, no bojo de seu processo de renovação crítica e como resultado de lutas e embates críticos no interior desse mesmo processo.

Este volume se une, portanto, ao fio da história de renovação crítica do Serviço Social e da incorporação, tardia e ainda em curso, das questões relacionadas ao feminismo e à diversidade sexual à nossa formação profissional. No que diz respeito a esta dimensão, a história desse movimento de renovação do debate profissional está por ser realizada. Está, entretanto, inscrita nos debates que o(a) leitor(a) percorrerá neste livro. E assim pode ser feita na medida em que foi e é escrita com a crucial contribuição das mãos que o assinam.

Este movimento é vivo e cresce nas duas últimas décadas, fermentado por lá se vão três ou quatro gerações de profissionais do Serviço Social e impulsionado pelas novas gerações de pesquisadoras(es), que interpelam a profissão com a força de suas próprias experiências e do engajamento no feminismo, nos movimentos por liberdade sexual e antirracistas. Essas jovens pesquisadoras e esses jovens pesquisadores, como bem afirma Guilherme de

Almeida, aceleram a marcha dos estudos e do debate sobre patriarcado, racismo e sexualidade nas salas de aula, nos grupos de pesquisa e nas diferentes instâncias de organização política da categoria. Não resta dúvida de que estes(as) leitores(as) aguardam ansiosamente este livro e dele se nutrirão para fazer avançar este debate no seio da nossa profissão.

Este volume extrapola as autorias individuais e reflete uma produção do conhecimento construída em oficinas sobre ética, feminismo e sexualidade nas universidades e espaços organizativos da profissão; nos cursos de ética em movimento, promovidos pelo conjunto CFESS-CRESS (Conselhos Federal e Regional de Serviço Social); nas pesquisas e trabalhos apresentados e discutidos no âmbito dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores/as em Serviço Social, nos quais se assiste a uma crescente produção e divulgação de trabalhos sobre as problemáticas vinculadas às relações de opressão e exploração de classe, sexo, raça e baseadas na sexualidade; na produção desenvolvida no âmbito das universidades e do diálogo crítico com outros sujeitos coletivos — como o movimento feminista, movimento negro e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) — que interpelam nossa profissão a analisar e enfrentar as múltiplas determinações das desigualdades, discriminações e violações de direitos a que estão submetidas as mulheres, a população negra e LGBT na sociedade brasileira. Mas, sobretudo e fundamentalmente, na visibilidade que os próprios sujeitos assumem na profissão, a partir das novas condições políticas forjadas por todo esse processo coletivo. A diversidade, hoje, está mais viva entre nós, Assistentes Sociais.

A constituição das mulheres como uma categoria social e histórica interpelou a concepção de classe ao apontar desigualdades conformadas no seu interior pela mediação de outras relações sociais de opressão, dominação e apropriação. A afirmação de que "a classe trabalhadora tem dois sexos" — raça e sexualidade — (Souza-Lobo, 2011), foi o resultado de uma batalha no interior das próprias lutas socialistas e da teoria crítica e emancipatória desenvolvida em estreita vinculação com essas lutas. Batalha que está longe de ser vencida.

A presente obra, que passa a integrar a Biblioteca Básica do Serviço Social, é um passo avante nessa luta e incorpora, de maneira verdadeiramente consubstancial, a questão racial e a diversidade sexual à crítica das desigualdades que estruturam a realidade social.

Com efeito, as problemáticas relacionadas ao feminismo e à diversidade sexual são tratadas nesta obra à luz da análise do racismo, do patriarcado e do capitalismo como sistemas consubstanciais, cuja imbricação se forja no processo histórico e ganha contornos particulares na formação social brasileira. Vale destacar que a presente obra supre, ainda, uma lacuna histórica na produção do saber destinado à formação profissional do(a) Assistente Social, que diz respeito à particularidade da formação social e histórica brasileira. Indo além, o faz aportando uma leitura a partir da imbricação entre patriarcado e racismo no desenvolvimento capitalista sob a subordinação colonial. Perspectiva sem a qual, conforme afirmam as autoras, a compreensão da realidade social brasileira resta impossível.

O mérito fundamental desta obra consiste em sua sintonia com o projeto ético-político do Serviço Social, e na coerência e no rigor com que se vincula à perspectiva materialista histórica. As autoras questionam a falsa ideia, alimentada pelas perspectivas pós-modernas, de que não é possível apreender tais questões a partir do marxismo, sem, entretanto, deixar de apontar, como crítica necessária, que a lacuna histórica da elaboração crítica sobre tais dimensões, e a pouca relevância a elas conferidas, abriu o flanco para o grassar das perspectivas pós-modernas e de uma certa política de identidades desvinculada da crítica das relações sociais.

A partir do materialismo histórico, as autoras lançam luzes sobre o espectro que ronda a teoria social contemporânea: o fantasma do idealismo. O desafio de seu enfrentamento e superação, na batalha das ideias, segue sendo parte da árdua tarefa da crítica e do próprio desenvolvimento do campo de estudos ancorados no materialismo histórico — e do seu devir. Esse embate guarda ainda mais necessidade no campo das problemáticas relacionadas à desigualdade de sexo, raça, classe e à diversidade sexual. Os estudos sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, grupos racializados e população LGBT vêm sendo hegemonizados por perspectivas culturalistas que ganharam força especialmente nos anos 1990 e que predominam ainda hoje. Expressão disso é o fato de grande parte da elaboração feminista materialista de tradição francófona ter sido irrisória e incipientemente traduzida para o português e só, muito recentemente, ter ampliado sua influência e alcance com uma relativa notoriedade no âmbito das pesquisas sobre mulheres, relações sociais de sexo e a questão da sexualidade. Não é coincidência o fato de ter sido divulgada pioneiramente, no âmbito do Serviço Social

e para além dele, na tese de uma das autoras desta obra, a teórica e militante feminista Mirla Cisne, publicada também por esta editora (Cisne, 2014).

As autoras defendem que considerar as relações sociais estabelecidas entre os sexos é condição necessária para apreender a totalidade social no sistema capitalista, patriarcal e racista — um sistema de dominação-exploração uno, indivisível, mutuamente determinado.

Trazem a categoria relações sociais de sexo como contraponto ao conceito de gênero, que pela hegemonia das perspectivas anteriormente apontadas foi destituído de seu potencial heurístico para analisar as relações entre homens e mulheres como relações sociais, de opressão, dominação e exploração. Elementos, aliás, que desapareceram das análises da desigualdade entre homens e mulheres, reduzidas, então, à construção de identidades ou ao plano das relações interpessoais.

Como parte deste mesmo processo de decadência teórico-política, nos anos 1990, a categoria patriarcado foi quase totalmente banida da elaboração intelectual feminista, sob acusação de a-historicismo, de generalização e do cercamento quase inultrapassável das mulheres na condição de vítimas. Como se vê, foi atacada em suas dimensões imanentes e concretas: a universalidade e particularidade, a historicidade e a contradição — dimensões tributárias da perspectiva materialista-dialética. Ora, como afirma Sílvia Walby, se o problema é o a-historicismo da categoria, tratemos, então, de historicizá-la, contextualizá-la, identificar suas expressões particulares, e não de abandoná-la. É o que as autoras realizam primorosamente nesta obra, oferecendo à leitora e ao leitor uma robusta análise de como se forja a imbricação entre o heteropatriarcado, o racismo e o capitalismo na produção das desigualdades. Ao percorrer estas páginas, encontrar-se-á o(a) leitor(a) com o movimento vivo do método materialista histórico.

Na perspectiva feminista materialista aqui adotada, as relações sociais de sexo são relações de exploração, opressão e apropriação, que têm uma base material (a divisão sexual do trabalho e o controle sobre a sexualidade e a reprodução das mulheres a ele associado), forjadas pelo sistema patriarcal, capitalista e racista, com seus contornos particulares na formação sóciohistórica brasileira, dados por nossa constituição como uma colônia de exploração que teve na racialização de grupos sociais para fins de exploração — no caso, a população negra traficada do continente africano — um de seus pilares. As relações sociais de sexo são, portanto, *relações sociais estruturais de*

exploração-dominação — duas dimensões inextricáveis, duas faces de uma mesma relação.

Duas grandes consequências teórico-políticas decorrem dessa concepção: 1) não se trata de questões específicas, mas que estão relacionadas com a totalidade da vida social; 2) não se trata de questões ideoculturais: a exploração-opressão das mulheres repousa sobre uma base material concreta.

Afirmar a materialidade da exploração, apropriação e opressão das mulheres torna-se crucial para contrarrestar debates ainda vigentes no campo da Esquerda e da tradição crítica, uma vez que ainda não foi de todo superada a premissa segundo a qual a exploração capitalista é material, enquanto a dominação patriarcal é ideológica, restando, portanto, para transformar a condição das mulheres na sociedade, o enfrentamento no plano ideológico, a mudança nas mentalidades e valores, a superação do atraso "cultural" (Curiel; Falquet, 2014).

Com a contribuição da perspectiva materialista trazida pela obra, o que até então era tratado na esfera dos valores, da cultura e da ideologia, ganha sua substância material: a divisão e exploração do trabalho. Vale ressaltar, ainda, que o controle da sexualidade assume também uma dimensão material, histórica e estruturante da reprodução das relações sociais de sexo, mas também de classe e de "raça". A heterossexualidade compulsória é uma mediação fundamental da dominação-exploração patriarcal, daí a proposição do conceito de heteropatriarcado para lançar luzes sobre esta dimensão, ainda marginalizada na análise crítica da realidade social.

Outro aspecto fundamental trazido pela presente obra, no esteio do pensamento materialista, diz respeito à centralidade do conceito de relações sociais, e a busca, no esforço de apreender a totalidade concreta, das mediações que articulam relações sociais de classe, de sexo e aquelas baseadas na raça. Segundo Kergoat (2009, p. 99), essas relações são consubstanciais e coextensivas, uma vez que, "ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e 'raça' se reproduzem e se coproduzem mutuamente". As relações sociais de sexo são, "a uma só vez uma relação de dominação simbólica, de opressão física e de exploração material" (Idem, p. 100), marcadas por desigualdade de poder, contradição e antagonismo, e não são redutíveis à dimensão das relações intersubjetivas nem à expressão de crenças e ideias vigentes — embora a ideologia cumpra um papel fundamental na reprodução dessas relações.

O raciocínio em termos de relações sociais é repleto de desafios, tendo em vista o caráter abstrato do conceito e, ainda, o uso intercambiável e corrente de relações sociais para referir-se às relações interindividuais (que são uma mediação, mas não as relações sociais em si). Com efeito, no plano das relações entre indivíduos, que corresponde ao plano das práticas sociais, as relações de dominação-exploração-apropriação ganham forma: a violência doméstica dos homens contra as mulheres, os preconceitos sobre a vivência da sexualidade feminina sob diferentes formas, materiais e simbólicas de controle, a sobrecarga com o trabalho doméstico não remunerado e a própria "afetividade" e a carga "moral" envolvida na realização desse trabalho que tornam, em muitas situações, tão difícil que as mulheres se rebelem contra ele.

É a partir da análise dessas expressões cotidianas que podemos apreender as mediações que sustentam as relações sociais entre homens e mulheres não mais como indivíduos, mas como grupos sociais, e que se reproduzem, também, quando os sujeitos da dominação não estão individualmente presentes (Saffioti, 2004), por exemplo, por meio das instituições.

Vale destacar, dentre as categorias aqui abordadas, a de diversidade humana, postulada nesta obra para a análise da construção da individualidade em suas múltiplas dimensões. Essa categoria distancia-se do tratamento corriqueiro da "diversidade sexual" e "de gênero", que toma um referente a partir do qual emerge o diverso (homossexuais, transexuais, travestis) e que os mantêm, portanto, como "o outro", o "diferente de". Na perspectiva materialista histórica, a diversidade humana é recuperada em seu componente ontológico: o humano é diverso, e essa diversidade é condição de seu ser genérico. Na sociabilidade capitalista, patriarcal, racista e LGBTfóbica, esta construção é tolhida pela força da dominação e da violência nua e crua.

Como aporte fundamental a uma questão de insuficiente análise no âmbito da profissão, esta obra nos leva a deter o olhar sobre a construção da individualidade sob as determinações do sistema de dominação e exploração heteropatriarcal, capitalista e racista: seus sofrimentos, violências e violações de que padece no cotidiano, as interdições ao seu autodesenvolvimento, mas também suas resistências. A síntese desta elaboração radica a questão da diversidade no coração da problemática da emancipação humana.

As autoras articulam as condições objetivas e subjetivas como matéria de que são tecidas as desigualdades. E, assim, postulam que as revoluções

exigem a insurreição contra ambas as dimensões, muitas vezes tratadas separadamente mesmo na tradição crítica, ou como etapas subsequentes. Não, não podem esperar, afirmam as mulheres, *gays*, lésbicas, transexuais e população negra organizados, pois são requisitos para a transformação substantiva da realidade social.

O conteúdo formativo deste volume é enriquecido pelos exercícios e atividades culturais, com preciosas dicas literárias e excelente filmografia, que sugerem diferentes linguagens para a abordagem dos temas e nos trazem a fruição estética como trilha necessária para o processo de formação profissional e humana.

Esta obra é o resultado do curso coletivo de uma torrente que a cada dia ganha mais força. É "vertente de muitas gerações", como diria a canção. Que aqueles(as) que nela mergulharão sejam convidados(as) e instigados(as) a tomar parte nesta luta, nos diferentes espaços em que ela se fizer e, certamente, se faz necessária: o exercício profissional, o debate acadêmico, a vida.

Não nos enganemos. Há muito caminho a trilhar. Em grande medida, tais questões são ainda tratadas como marginais no âmbito do debate da profissão, ou como "especificidades", eufemismo pelo qual convém nominar o que se considera "questões menores" ou secundárias.

Por todas as razões que aqui buscamos tratar, o livro que o(a) leitor(a) tem em mãos consubstancia uma produção necessária para fazer avançar a renovação do debate político-profissional, enfrentar o conservadorismo que ascende na sociedade e na profissão, e nos alimentar na travessia de um momento crítico da história brasileira em direção a uma nova aurora dos tempos e das lutas emancipatórias.

Por fim, me resta sublinhar as primeiras palavras deste livro, pelo profundo significado que encerram. Esta obra é dedicada à Marylúcia Mesquita. Não é exagero, nem um impulso do afeto (embora repleto dele, outro elemento que permeou a construção coletiva da elaboração aqui reunida), afirmar que Mary foi uma das Assistentes Sociais, intelectuais e militantes, que impulsionaram e aportaram decisivamente aos debates hoje reunidos neste livro e que carregam na sua trajetória individual a história coletiva da qual ele é um resultado e um marco. Com sua irredutível ousadia, Mary contribuiu decisivamente para construir espaços de debate dos quais participou ativamente, defendendo o enriquecimento do projeto ético-político profissional, e da produção de conhecimento que o sustenta, com as teorias

e lutas feministas, pela liberdade afetivo-sexual e antirracistas. Não são muitas, nem são muitos, aquelas(es) que se dedicaram a esta tarefa com tamanha tenacidade e paixão, em sacrifício de seus próprios projetos pessoais e em meio a uma difícil luta interior. Este prefácio pertencia à Mary. Aqui a substituo, como o faria Sancho ao Quixote: sem a mesma bravura, mas em lealdade. Espero que esteja à altura. Era exigente.

Recife, fevereiro de 2018. Verônica Ferreira



Introdução

Desde a "virada" teórico-metodológica realizada no âmbito do Serviço Social brasileiro a partir do final da década de 1970, que a produção bibliográfica evidencia intrínseca relação com o pensamento crítico, em particular, com o pensamento de Marx e a tradição marxista. Na trajetória histórica, especialmente a partir da década de 1980, o Serviço Social brasileiro consolidou estudos e pesquisas sobre diferentes temas que permeiam a formação e o exercício profissionais. Dentre esses temas, destacam-se as políticas sociais — em suas diferentes expressões, características e tendências contemporâneas, com ênfase na reflexão crítica sobre: o papel do Estado; a seguridade social; os movimentos sociais e o complexo campo da luta por direitos em várias áreas temáticas, e o debate sobre a ética — em seus fundamentos ontológicos sociais e nas particularidades da profissão; na relação com os direitos humanos e com as lutas sociais da classe trabalhadora.

A construção dessa cultura profissional crítica, nominada na década de 1990 de projeto ético-político, se consolida, inclusive com importantes interações além do Serviço Social, no campo mais amplo da esquerda no Brasil e também em dimensão internacional, especialmente por meio das interlocuções realizadas nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social. A produção bibliográfica, bem como a participação efetiva de segmentos da categoria em espaços políticos de representação, se amplia para temas e questões relacionados à diversidade humana, com ênfase: na agenda e lutas no universo feminista; na questão étnico-racial; na diversidade sexual e na identidade de gênero, 1

 $^{1.\} Explicaremos posteriormente nossa escolha por utilizar o termo identidade de sexo em vez de identidade de gênero.$

dentre outros aspectos que evidenciam a complexidade da individualidade. Embora esses temas estivessem presentes anteriormente, é no decurso da década de 2000 que assumem mais visibilidade e se tornam presentes no debate coletivo da profissão.

Do ponto de vista da formação e do exercício profissional, torna-se visível nas demandas postas ao Serviço Social a relevância social dessas temáticas, que se fortalecem com a organização política dos sujeitos feministas, dos movimentos étnico-raciais e no vasto campo da diversidade sexual, com a presença organizada de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

O conhecimento das reivindicações e o fortalecimento desses sujeitos políticos são fundamentais em uma conjuntura de crise estrutural do capital, com ascensão das forças conservadoras, adversas à classe trabalhadora e à diversidade humana e que põem em constante ameaça direitos do trabalho anteriormente conquistados, adensando, assim, a superexploração da força de trabalho, a naturalização da desigualdade social e a reprodução de dogmas, preconceitos e fundamentalismos religiosos que violam a laicidade do Estado. Os discursos e práticas de ódio são materializados em diferentes expressões de violência e de violação de direitos, a exemplo dos crimes motivados por racismo, LGBTfobia e sexismo. Esses crimes acontecem diariamente na sociedade brasileira que, além de capitalista, permanece racista, patriarcal e heterossexista, como analisaremos mais adiante.

O Serviço Social, ao se configurar como uma profissão inserida nas relações sociais, não está imune a esse processo. Diferentes formas de reatualização do conservadorismo persistem não apenas na sociedade, mas também na profissão, ainda que as resistências e as lutas também estejam presentes na defesa contínua da renovação do Serviço Social. Resistências e lutas que desde fins da década de setenta do século XX buscam romper com movimentos endógenos à profissão, na perspectiva de estabelecer estreita relação com os sujeitos políticos coletivos comprometidos com as lutas por emancipação política, sem perder do horizonte teórico-político a necessidade histórica da emancipação humana. Daí a importância da produção de conhecimento sobre a diversidade humana e, em particular, do feminismo e da diversidade sexual — a partir dos fundamentos marxianos que marcam o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, articulado com as lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais em sua heterogeneidade de reivindica-

ções e organização política. Em outras palavras, por ser o Serviço Social área de conhecimento e profissão que, notadamente, nas últimas décadas tem aprofundado análises sobre o complexo processo de desigualdade social, ao tempo em que também intervém diretamente nas múltiplas expressões da questão social, demanda apreender criticamente as relações que estruturam essa desigualdade e particularizam a questão social no Brasil, bem como os sujeitos políticos que a enfrentam, considerando questões e desafios postos na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Não temos a pretensão de esgotar o debate e, inclusive, considerando as inúmeras possibilidades de abordar os temas que envolvem o feminismo e a diversidade sexual, nosso objetivo é socializar alguns elementos introdutórios para a reflexão crítica, lançando um convite para que as novas gerações do Serviço Social conheçam os caminhos que trilhamos coletiva e historicamente para afirmar a direção social do projeto ético-político. Nosso desafio é, portanto, abordar o tema com os fundamentos desse projeto profissional, que possibilita a crítica teórico-metodológica e ético-política à sociabilidade capitalista, e a defesa de um projeto societário no horizonte da emancipação humana e do reconhecimento e valorização real e substantiva da diversidade humana.

Este livro se estrutura em três capítulos. No primeiro, delimitamos os fundamentos teórico-metodológicos para abordagem do Feminismo e da Diversidade Sexual, numa perspectiva de totalidade na análise da vida social e do indivíduo. Para tanto, partimos da afirmação do trabalho como categoria que articula dialeticamente as dimensões de objetividade e subjetividade, possibilitando o entendimento do indivíduo social como processualidade histórica, que só existe numa dada sociabilidade e se desenvolve no decurso da divisão social do trabalho. Sua subjetividade se constrói, portanto, a partir da realização de múltiplas atividades que impulsionam à constituição da personalidade como algo complexo e diverso. Posta a centralidade do trabalho na vida social, partimos, então, para a abordagem dialética materialista das relações sociais de sexo, raça e classe, assumindo uma postura política de combate ao sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Ao entender que o heterossexismo é um pilar do patriarcado, como veremos ainda no capítulo 1, consideramos também pertinente a denominação de sistema não apenas patriarcal, mas heteropatriarcal, como forma de dar visibilidade a sua dimensão estruturalmente heterossexista.

Assim, a perspectiva do feminismo e da diversidade sexual aqui defendida é, além de materialista — mais precisamente marxista —, antirracista e anticapitalista. Destacamos, ainda, neste capítulo, algumas relações que consideramos estruturais para decifrar dimensões que compõem não apenas o ser social, mas também as desigualdades e os sistemas de exploração-opressão que as sustentam: as relações sociais de sexo/sexualidade, raça/etnia e classe.

No segundo capítulo abordaremos, nas particularidades da questão social na realidade brasileira, a dimensão da diversidade humana. O desafio é justamente provocar o debate sobre como o patriarcado, o racismo e o heterossexismo adensam, na sociedade capitalista, a exploração da força de trabalho e a reprodução de formas de opressão, violação de direitos e de violência que obstaculizam o pleno desenvolvimento da individualidade e asseguram a hegemonia capitalista.

No terceiro capítulo nos deteremos na análise do Serviço Social e na questão da diversidade humana, em que destacaremos aspectos da trajetória do Serviço Social em relação ao feminismo e à diversidade sexual. Por fim, tecemos algumas indicações conclusivas destacando a importância dessas temáticas para o processo de renovação profissional frente ao conservadorismo. Entendemos que esse processo é contínuo, ou seja, o movimento de renovação do Serviço Social se faz necessário enquanto houver influência do conservadorismo na formação e intervenção profissionais.

Integra, ainda, o livro ao final de cada capítulo atividades complementares e dicas culturais que favorecem a reflexão crítica sobre os conteúdos abordados. Gostaríamos de manifestar nosso reconhecimento quanto ao movimento realizado na área de Serviço Social para a apropriação da agenda feminista, étnico-racial e da diversidade sexual, na perspectiva da articulação com as lutas sociais no campo da esquerda emancipatória.

A vasta produção bibliográfica da área de Serviço Social constrói um legado à formação das novas gerações. Nossa expectativa é contribuir nessa direção com o livro *Feminismo*, *diversidade sexual e Serviço Social*, norteado pelo materialismo histórico-dialético, buscando analisar as relações sociais em uma perspectiva de totalidade, apreendendo contradições e antagonismos que revelam projetos societários em disputa. Assim, esperamos contribuir nas trilhas do processo de renovação de uma profissão que, desde a "virada" teórico-metodológica a partir dos anos 1970, vem se construindo em defesa

da emancipação humana e, portanto, da diversidade e da liberdade de forma substantiva.

No momento final de elaboração deste livro, fomos profundamente atingidas pelo falecimento da amiga e assistente social Marylúcia Mesquita, companheira de muitas lutas em defesa do feminismo e da diversidade sexual no universo do Serviço Social e além deste. As novas gerações de assistentes sociais não poderão conhecer a força teórico-política com que Mary defendia seus argumentos e se posicionava frente ao conservadorismo, aos preconceitos e às formas opressivas. Mas certamente saberão que o Serviço Social brasileiro teve de se reinventar em seu processo de renovação teórico-metodológica e Mary foi fundamental para isso, pois apesar dessa renovação não houve entendimento rápido nem incorporação imediata à agenda profissional das questões que transitam no campo da diversidade. Estudos, reflexões críticas, debates e lutas marcaram a inserção do feminismo, da questão étnico-racial e da diversidade sexual no Serviço Social e em todos os espaços da vida social, inclusive no ambiente das esquerdas. Nesse processo, Mary, profundamente apaixonada e compromissada pelo Serviço Social, soube com entusiasmo construir um modo de ser questionador, provocativo e fundamentado na direção social do projeto ético-político. Em diferentes momentos, ocupou as tribunas profissionais e trouxe à tona a dor vivenciada por mulheres, população negra e LGBT em face da violência, da violação de direitos e do preconceito. Estudou, organizou-se politicamente, denunciou e escreveu sobre a dor de quem se vê sem direitos, sonhos e possibilidades de desenvolvimento de suas individualidades numa sociedade que reproduz de modo contínuo exploração e opressão. Fez ecoar sua voz com coragem, contribuindo para que o coletivo profissional pudesse entender que os usuários e as usuárias do Serviço Social são seres diversos, e que tal reconhecimento significa desvendar as tramas complexas presentes nas relações sociais que articulam capitalismo, racismo e heterossexismo.

Sua produção sobre diversidade sexual exala o gosto que tinha pelas discussões no campo da ética, dos direitos humanos e dos fundamentos ontológicos. Sua contribuição foi decisiva para que a dimensão da individualidade e a questão da diversidade não fossem vistas de forma economicista nem eticista, mas mediante contradições que possibilitam desvendar as determinações mais profundas do sistema do capital. Contra esse sistema que explora e oprime, nos convidava a lutar sem tréguas e sem ilusões. O

legado de Mary nos fornece coragem para seguir. Não importa a força destrutiva que o capital assuma neste momento contemporâneo. A classe trabalhadora tem outra força, a que constrói, humaniza, projeta e realiza descobertas e novas necessidades.

Sua voz não será silenciada com seu voo... Seu legado permanece e nos inspira a lutar de modo incessante, com coragem e rebeldia para que a classe trabalhadora não seja entendida de forma abstrata ou homogênea, para que a luta por uma sociedade sem racismo, sem LGBTfobia e sem sexismo seja também a luta por uma sociedade anticapitalista.